



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XXXII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO PENAL,
DIREITO PROCESSUAL PENAL E DIREITO ELEITORAL - 04.02.2012**

DIREITO PENAL – PONTO 5

01ª questão: Direito Penal (Valor – 50 pontos)

CARLOS, estudante do quarto ano de medicina e conhecido fornecedor de drogas ilícitas em boates da cidade de Niterói, vendo o desespero de sua amiga FLÁVIA, em razão de sua gravidez não desejada, forneceu gratuitamente para a mesma, na noite de 20/09/11, em uma casa de shows, certa quantidade de cloridrato de cocaína, esclarecendo-a acerca dos sabidos efeitos abortivos do consumo daquela droga, instruindo-a sobre a quantidade a ser eficazmente ingerida para fins da provável causação da morte do indesejado filho que carregava em seu ventre.

Nos três dias seguintes, FLÁVIA ingeriu reiteradamente a cocaína graciosamente cedida, até alcançar a quantidade aconselhada por CARLOS, o que acabou lhe acarretando uma involuntária overdose, com conseqüente arritmia cardíaca, convulsões e desmaio, sendo a gestante socorrida por terceiros e levada ao hospital mais próximo.

Imediatamente atendida pela equipe plantonista do hospital, FLÁVIA sofreu uma parada cardíaca nas dependências da sala de emergência, que conseguiu ser eficazmente revertida pelos proficientes médicos, que, no entanto, não conseguiram evitar a morte do feto, apesar de salvar a vida da gestante, que teve alta hospitalar sete dias após sua internação.

Apurada pela polícia a identidade do fornecedor da substância entorpecente ingerida por, FLÁVIA, chegou-se à residência de, CARLOS para fins de cumprimento de mandado de busca e apreensão, constatando-se que o mesmo mantinha em depósito em seus aposentos 50 (cinquenta) comprimidos de "Ecstasy", além de 250 (duzentos e cinquenta) gramas de *cannabis sativa*, vulgarmente conhecida por "Maconha", acondicionada e distribuída em 40 (quarenta) invólucros plásticos, e que segundo o próprio CARLOS, eram destinados à revenda para frequentadores de casas noturnas da cidade de Niterói.

Ainda dentro dos aposentos de CARLOS a polícia apreendeu uma balança de precisão, além de um caderno que continha a contabilidade da venda de drogas efetuada, com listagem de fregueses e valores por eles devidos com o ilícito comércio.

Considerando tais fatos, analise as respectivas conseqüências jurídico-penais
(RESPOSTA FUNDAMENTADA)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XXXII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO PENAL,
DIREITO PROCESSUAL PENAL E DIREITO ELEITORAL - 04.02.2012**

02ª questão: Direito Penal (Valor - pontos)

Sobre a aplicação da pena responda às seguintes indagações:

- a) Ao aplicar a pena pode o juiz considerar o privilégio do art. 155, parágrafo 2º, do Código Penal, nos casos de furto qualificado? Resposta fundamentada em consonância com a evolução doutrinária e jurisprudencial (STJ e STF) sobre o tema.
- b) Enumere as razões pelas quais se fixou entendimento, atualmente sumulado pelo STJ (enunciado 231), no sentido de que as circunstâncias atenuantes não podem reduzir a pena aquém do mínimo legal.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XXXII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO PENAL,
DIREITO PROCESSUAL PENAL E DIREITO ELEITORAL - 04.02.2012**

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1ª questão: Direito Processual Penal (Valor - 50 pontos)

Tendo em vista a modificação ocorrida sobre a possibilidade de participação das partes no interrogatório, é possível que sejam asseguradas perguntas ao advogado e ao Ministério Público no momento em que o réu é inquirido no inquérito policial?

RESPOSTA JUSTIFICADA.

2ª questão: Direito Processual Penal (Valor - pontos)

- a) Qual é a origem do sistema adotado para inquirição de testemunhas no processo comum do CPP ?
- b) Existe identidade com algum sistema estrangeiro?
- c) É admissível o sistema de reperguntas por qualquer das partes?
- d) E na primeira fase do procedimento do júri, qual o procedimento a ser adotado a respeito da inquirição de testemunhas?

RESPOSTA JUSTIFICADA.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XXXII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO PENAL,
DIREITO PROCESSUAL PENAL E DIREITO ELEITORAL - 04.02.2012**

DIREITO ELEITORAL

1ª questão: Direito Eleitoral (Valor - 70 pontos)

Aderbal Ribeiro, postulando candidatura ao cargo eletivo de Prefeito Municipal nas eleições de 2012, teve seu registro indeferido, porquanto demitido a bem do serviço público em 2006. Da decisão de indeferimento, Aderbal interpôs recurso, alegando a inconstitucionalidade da LC 105/10, com vistas à reforma da decisão, que não poderia ter contemplado fatos anteriores à promulgação daquela, prosseguindo, portanto, na campanha eleitoral.

Na disputa, um correligionário, com a ciência daquele, estacionou um ônibus em uma comunidade carente, passando ali a prestar atendimento odontológico gratuito e constante, sendo certo que no interior do veículo, em frente à cadeira do paciente, encontrava-se estampada uma foto do candidato Aderbal.

O Partido Moralista do Brasil (PMB) ingressou com ação de investigação judicial eleitoral, pedindo a cassação do registro e do eventual diploma, por abuso de poder econômico. Aderbal sagrou-se vitorioso no pleito, tendo recebido mais da metade dos votos válidos, e o juiz eleitoral acabou por diplomá-lo.

Discorra sobre a matéria, em texto único, abordando os tópicos seguintes:

- a) Como deveria atuar o Promotor Eleitoral;
- b) Se haveria litispendência entre a AIJE em questão e eventual medida a ser proposta pelo Ministério Público Eleitoral;
- c) Caso o TRE mantivesse definitivamente a decisão de indeferimento, qual seria a repercussão no pleito;
- d) E se o TRE reformasse a decisão de indeferimento, qual seria a repercussão no pleito;
- e) Na hipótese de Aderbal ter sido candidato ao cargo eletivo de vereador, a solução seria idêntica?



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XXXII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO PENAL,
DIREITO PROCESSUAL PENAL E DIREITO ELEITORAL - 04.02.2012**

RESPOSTA JUSTIFICADA.

2ª questão: Direito Eleitoral: (Valor – 30 pontos)

O Promotor Eleitoral possui atribuição para atuar com Procuradores Regionais Eleitorais, em auxílio? Justifique, indicando também os princípios aplicáveis à hipótese.

RESPOSTA JUSTIFICADA.